

As narrativas colaborativas nos protestos de 2013 no Brasil: mídiação do ativismo, espalhamento e convergência

*The collaborative narratives in the Brazilian protests of 2013:
mediatization of activism, spreadable media and convergence*

*Las narraciones colaborativas en las protestas de 2013 en Brasil:
mediatización del activismo, difusión y convergencia*

Maria Clara AQUINO BITTENCOURT

Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación
N.º 129, agosto - noviembre 2015 (Sección Informe, pp. 325-343)
ISSN 1390-1079 / e-ISSN 1390-924X
Ecuador: CIESPAL
Recibido: 22-04-2014 / Aprobado: 07-10-2015

Resumo

No Brasil, em junho de 2013, uma pluralidade de narrativas independentes foi constituída para relatar os protestos no país. No contexto informacional dessas manifestações, as apropriações de mídias digitais por cidadãos, ativistas e movimentos, e também pela própria mídia de massa, ampliaram a reflexão sobre a mediação do ativismo e sobre a construção de processos comunicativos mais democráticos. Este artigo discute como narrativas colaborativas sobre os protestos no Brasil, inseridas em um contexto de mediação, são marcadas pelo ativismo e como são potencializadas por práticas de espalhamento e convergência. São apresentadas algumas experiências como ilustração da argumentação construída.

Palavras-chave: Narrativas colaborativas; Ativismo; Mediação; Convergência; Espalhamento

Abstract

In Brazil, in June of 2013, a plurality of narratives constituted to report the protests in the country. In the informational context of these demonstrations, the appropriations of digital media by citizens, activists and movements, an also by the very mass media, extended the reflection on the mediation of activism. This article discusses how collaborative narratives about the protests in Brazil, inserted in a media context, are marked by the activism and how they are enhanced by practices of spreadable media and convergence. Finally, some experiences are presented as an illustration of the constructed argumentation.

Keywords: Collaborative narratives; Mediatization of Activism; Convergence; Spreadable Media.

Resumen

En Brasil, en junio de 2013, se estableció una serie de narraciones independientes para reportar las protestas en el país. En el contexto informativo de estos eventos, la apropiación de los medios de comunicación digitales por ciudadanos, activistas y movimientos, y también por los medios de comunicación, ampliaron la reflexión sobre la mediación del activismo y la construcción de los procesos de comunicación más democráticos. Este artículo describe cómo las narraciones colaborativas sobre las protestas en Brasil, inserta en un contexto de mediación, están marcados por el activismo y cómo se ve reforzada por las prácticas de difusión y convergencia. Presenta algunas experiencias para ilustrar el argumento construido.

Palabras clave: Narraciones colaborativas; Mediación del Activismo; Convergencia; Difusión.

1. Introdução

A intensificação dos protestos contra o aumento do valor da tarifa do transporte no Brasil, em junho de 2013, gerou uma pluralidade de narrativas sobre os acontecimentos das ruas. O contexto informacional em torno dos protestos é hoje formado pela mídia de massa e, cada vez mais, pelo fortalecimento da mídia independente, baseada na colaboração para a produção e circulação de conteúdos. O uso independente de ferramentas digitais de comunicação vem servindo para organização de ações, comunicação sobre protestos, aumento da visibilidade de uma série de demandas e diálogo através das redes. Para Moraes (2006), vive-se uma época em que as relações sociais são midiáticas e a atual configuração dos meios extrapola o campo midiático. Nesse sentido, apropriações de mídias digitais por cidadãos, ativistas e movimentos, e pela própria mídia de massa, ampliam a reflexão sobre a midiática do ativismo e das narrativas sobre os protestos, bem como sobre tentativas comunicacionais (Braga, 2012) que visam a construção de processos mais democráticos. Castells (2012) aponta a adoção desse suporte técnico como causa de um novo tipo de manifestação, mais horizontal e menos centralizada, na qual os fluxos alternativos de informação recebem tanta atenção quanto os da mídia tradicional.

A mídia independente encontra espaços e possibilidades de manifestação e visibilidade antes limitados. Sites, blogs, redes sociais, mapas colaborativos, petições online, plataformas e aplicativos baseados em geolocalização, agregadores de conteúdo, entre outras possibilidades, são apropriações que formam um sistema integrado de canais de participação e de práticas que permitem a ampliação do alcance dos conteúdos através do espalhamento (Jenkins, Ford & Green, 2013). Esses conteúdos adquirem significação a partir de atividades que vão além da distribuição, impulsionados por práticas colaborativas que espalham a informação sob diversos formatos (texto, áudio, vídeo, foto e transmissões ao vivo) e que auxiliam a organização dos movimentos e a cobertura de atos, protestos e acontecimentos em torno de causas diversas. Tais práticas contribuem para uma série de transformações no campo do jornalismo e que estão relacionadas com o exercício da cidadania através da comunicação.

Este artigo discute-se como narrativas colaborativas sobre os protestos no Brasil, inseridas em um contexto de midiática, são marcadas pelo ativismo e potencializadas por práticas de espalhamento e convergência. O texto apresenta um panorama das narrativas colaborativas sobre os protestos em contexto de midiática e reflete teoricamente questões de convergência e espalhamento. Por fim, são apresentadas algumas experiências como ilustração da argumentação construída.

2. Narrativas de protestos e midiaticização do ativismo

As insurgências políticas que transformaram governos na Tunísia e na Islândia, em 2009 são, para Castells (2012), referência das mobilizações que passaram a lutar por mudanças no mundo Árabe. As manifestações que ocuparam as ruas nesses e depois em outros países, assim como no Brasil, foram motivadas por causas diferentes. Gutierrez (2014) aponta que ao se levar em conta apenas as pautas concretas de cada país, as revoltas parecem desconexas, mas que “o imaginário de todas as revoltas parece conectado por algo que escapa à lógica”. Castells (2012) lembra que pouco depois da Tunísia e da Islândia, em 2011, mobilizações na Europa e nos Estados Unidos ocuparam as ruas: o movimento Indignados, na Espanha, mencionava a Islândia durante as ocupações das praças do país; nos Estados Unidos, a ocupação em torno de Wall Street foi chamada pelos americanos de *Tahrir Square*, da mesma forma que os ocupantes da praça da Catalunha, na Espanha. Gutierrez (2014) também identifica ecos nas mobilizações e aponta que os protestos no Brasil compartilharam formatos, convocações, arquitetura de manifestações com mobilizações de outras partes do mundo. No entanto, lembra que alguns elementos diferenciaram os acontecimentos no Brasil, onde o uso pouco das redes impediu que novos protagonistas das redes e das ruas se conectassem mais rápido.

Memes, estéticas e processos compartilhados na configuração dos movimentos em rede são elencados por Gutierrez (2014), que afirma que o que aproxima essas mobilizações são processos e protocolos de ação e organização que caracterizam padrões de auto-organização de diferentes revoltas. É importante destacar a formação de identidades coletivas, de acordo com Gutierrez e Soto (2013), representadas por movimentos e coletivos de comunicação que produzem conteúdos sobre os protestos de forma colaborativa, com base na lógica das redes e na exploração de formatos diversos de visualização em conjunto com táticas de ocupação do espaço público como forma de cobertura e ativismo. Essa ocupação transcende as ruas através da conexão e, assim, as identidades coletivas reverberam conteúdos colaborativos sobre os acontecimentos pela rede, colocando em discussão o poder da mídia de massa sobre a narração dos fatos.

A atividade da mídia independente se dá durante a transição de uma visão de sociedade baseada nos meios de massa para uma configuração que extrapola o campo midiático. Ocorre, de acordo com Fausto Neto (2008), a disseminação de novos protocolos técnicos na extensão da organização social, a intensificação de processos que transformam tecnologias em meios de produção, circulação e recepção de discursos. A configuração da sociedade midiaticizada não faz desaparecer os meios que a precedem, ele explica, mas é preciso reconhecer que tais meios já não mais refletem a centralidade de organização de processos interacionais entre campos sociais. O que rege a constituição e o funcionamento da sociedade é resultado de práticas e esquemas de codificação atravessados por pressupostos e lógicas do que ele chama de *cultura da mídia*. Na verdade, a noção

de midiaticização discutida por Fausto Neto (2008) tem como base a ideia de apropriação, que provoca a intensificação de tecnologias convertidas em meio. Essa conversão é cadenciada por práticas e processos de apropriações sociais, de modo que a midiaticização é a atividade que ultrapassa o domínio dos meios em si, expandindo-se ao longo da organização social e a esta conferindo uma nova dinâmica. Sendo a sociedade atual permeada pela midiaticização, as operações de comunicação vão além do campo midiático, que não mais controla a atividade de referência das tecnologias. O que acontece é um processo de afetação de todas as práticas sociais, e os diversos campos sociais se apropriam dos meios de forma distinta. Nesse contexto de midiaticização o relato dos fatos escapa ao controle da mídia de massa e suscita a reflexão sobre as narrativas colaborativas.

Hjarvard (2012) trabalha com a ideia de que a midiaticização virtualiza a interação social, o que faz com que a mídia seja capaz de moldar novos padrões de interação. Esse argumento em muito se aproxima da reflexão de Braga (2012) sobre o papel das interações no fenômeno comunicacional. A sociedade experimenta diferentes formas de interagir em diferentes modos ou processos sociais, segundo Braga (2012). Essas experimentações acabam tornando-se práticas disponíveis para a sociedade, ele explica, modelando assim processos comunicacionais acionados. O episódio comunicacional que aciona os modelos confere a estes forma, sentido, substância e direcionamento, de modo que, como o autor esclarece, essas matrizes podem ser chamadas de dispositivos interacionais, nos quais se dá a ocorrência comunicacional. Em suma, Braga (2012) afirma que a produção de dispositivos de forma tentativa é decorrente da necessidade prática de comunicar, o que faz com que esses dispositivos atuem como formas de viabilização da interação. Braga (2012) considera que as interações, por sua vez, modificam e reinventam os dispositivos, e é nesse sentido que se pode recorrer à ideia de apropriação a partir das interações, interferindo assim diretamente na constituição e no desenvolvimento dos dispositivos.

Esse processo de geração, de forma tentativa, de dispositivos interacionais que moldam interações, e vice-versa, é recorrente no cotidiano dos movimentos em rede, a partir de experimentações com mídias sociais e alternativas. Gohn (2010) relata que essas apropriações fortalecem possibilidades de articulação e estratégias de visibilidade aos movimentos, reconfigurando formas de organização e ação. Além disso, interferem no tipo de comunicação estabelecida para reportar a rotina de mobilizações e seus acontecimentos para a sociedade. A adoção de ferramentas de comunicação é prática incorporada ao ativismo antes do surgimento da internet, lembra Tufte (2013), que entende que é a partir da Primavera Árabe que esses usos são ampliados. No Brasil, Malini e Antoun (2013) observam esse tipo de prática já há algum tempo e refletem sobre a perda do monopólio pela mídia de massa sobre a narrativa dos fatos referentes aos protestos e mobilizações. Não se trata de um abandono completo da mídia convencional, mas do fortalecimento da mídia independente provocado pela diversidade de apropriações digitais.

Enquanto Hjarvard (2012; 2014) entende a midiaticização como um desenvolvimento que se acelerou nos últimos anos do século XX, em sociedades modernas, industrializadas e predominantemente ocidentais, Verón (2014) opta por abordar o conceito a partir de uma perspectiva histórica de longo prazo. O autor considera que o estágio inicial de cada momento de midiaticização pode ser identificado cronologicamente, pelo fato de haver um determinado dispositivo técnico-comunicacional que surgiu e se estabilizou, tendo sido adotado, de uma ou outra maneira em alguma comunidade humana. Tal entendimento, segundo o próprio autor, não carrega consigo qualquer indício de determinismo tecnológico, já que a apropriação de um dispositivo por uma comunidade pode tomar diferentes formas.

De acordo com esse entendimento, a apropriação é central para entender a midiaticização. A perspectiva histórica serve de apoio para a compreensão sobre a configuração dos usos de forma institucionalizada num tempo e lugar, em torno do dispositivo comunicacional. Ao mencionar momentos da midiaticização, Verón (2014) entende que “nos últimos dez anos, a internet alterou a condição de acesso ao conhecimento científico mais do que essa condição mudou desde o surto moderno de instituições científicas durante o século XVII”. No caso dos movimentos sociais a apropriação midiática foi potencializada a partir do uso das redes como espaço e de suas ferramentas como instrumento de produção e circulação de informações. A internet potencializou apropriações anteriormente praticadas, ampliando não só as possibilidades de uso midiático, como também a visibilidade dos próprios movimentos. Além disso, ampliou oportunidades midiáticas (Cammaerts, 2013), tirando da mídia tradicional o protagonismo sobre a narração dos acontecimentos.

Também sob um viés histórico, Malini e Antoun (2013) abordam a relação entre internet e rua e ressaltam o poder da capacidade coletiva de difundir conteúdo e ampliar o alcance pela multimídia, o que conecta invisibilidade com visibilidade. A diversidade de formatos é destacada pelos autores, que entendem que o poder da mídia de massa, baseado na irradiação, é colocado em xeque pelas mídias distribuídas de multidão. O raciocínio é o de que “as novas narrativas multitudinárias” serão responsáveis pela transição do modelo informacional das mídias, baseado na acumulação quantitativa prioritária de produtos, para o modelo comunicacional das multimídias, que coloca em destaque a ação coletiva dos movimentos.

Através da análise de uma rede de *fanpages* no Facebook, Malini (2014) enxerga o surgimento de uma *Nova Grande Mídia*, que chega a antagonizar com a mídia de massa, mas principalmente constrói uma narrativa que parte de dentro das manifestações e que disputa o passado com as narrativas tradicionais da imprensa. A Imagem 1 apresenta a rede de *fanpages* analisada por Malini (2014), que atribui a força dessa nova Grande Mídia ao número de usuários que a formam e contribuem para o alcance dos conteúdos a partir dos compartilhamentos.

A produção de conteúdo paralela à mídia de massa, encarnada no que Malini (2014) chama de nova Grande Mídia é a mesma comunicação autônoma mencionada por Castells (2012). O caráter ativista dessa nova mídia independente reflete também o conceito de tecnopolítica de Toret (2012). A partir de um estudo do movimento espanhol #15M, Toret (2012) enxerga no potencial das multidões conectadas a expressão da autocriação de um acontecimento distribuído e o estabelecimento de uma afetação coletiva dos corpos, através das redes e da tomada do espaço público expandida no tempo. A noção de tecnopolítica identifica a “articulação entre o uso estratégico das tecnologias de comunicação para a ação e a organização coletiva” (Toret, 2012), de forma que o teor ativista dos conteúdos espalhados pela rede decorre dessa perspectiva.

Toda essa circulação intermediária, que imediatamente relaciona-se com as noções de convergência e espalhamento, permite uma alternância de papéis entre produtores e consumidores de conteúdos. Ferreira (2012) destaca que esse tipo de circulação é acelerado pelas tecnologias digitais e que o impacto da internet para a organização de mobilizações sociais em rede e para a comunicação sobre atos, protestos e manifestações vem acarretando transformações que extrapolam questões técnicas e o âmbito dos movimentos sociais. As narrativas colaborativas vão além da transmissão unilateral de informações, incorporando práticas de convergência, colaboração, participação e compartilhamento em torno de lutas de movimentos diversos. Além de divulgação de informação sobre atos e protestos, as narrativas também buscam dar conta da construção de um discurso pela defesa de causas e reivindicações, ao mesmo tempo em que experimentam ferramentas com o objetivo de estabelecer processos comunicacionais mais democráticos.

3. Convergência e espalhamento

No contexto dos protestos de 2013, percebe-se que as narrativas coletivas expõem conteúdos de diversos formatos e naturezas. A maneira como são pensadas e estruturadas configura um processo de convergência não só em nível técnico, no sentido de que há uma pluralidade de formatos utilizados, mas também em níveis social e cultural (Aquino Bittencourt, 2012), ao provocarem transformações nas formas de produção e circulação de informações sobre os protestos. Esses três níveis de convergência são o pano de fundo de um enfrentamento diário entre publicações da mídia de massa e da mídia independente. O resultado é uma conjuntura social e política fortemente impactada por conteúdos de diversas origens e que, ao serem espalhados por diferentes redes, sofrem apropriações e reapropriações capazes de redefinir alguns rumos dos acontecimentos.

Em *Spreadable Media*, Jenkins, Ford e Green (2013) afirmam que o que não se espalha está morto. Abordam a transição de um modelo de distribuição para um outro de circulação e participação em processos de criação, compartilhamento

e *remix* de conteúdos. Este emergente modelo híbrido de circulação, segundo os autores, mistura forças de cima e de baixo, que determinam como as mensagens podem ser compartilhadas por diferentes culturas através de formas como o boca a boca e o compartilhamento, que vêm conduzindo a maneira como as pessoas interagem entre si nos movimentos sociais deflagrados nos últimos anos. No entanto, os autores alertam para que não se conclua, equivocadamente, que as atuais formas de circulação possam ser explicadas apenas pela infraestrutura tecnológica, ainda que esta tenha um papel determinante recentemente. A abordagem coloca as lógicas sociais e as práticas culturais como responsáveis pela popularização de novas plataformas, questionando o motivo de o compartilhamento ter se tornado tão comum.

O modelo de espalhamento valoriza a produção que facilita o compartilhamento, de acordo com Jenkins, Ford e Green (2013), como pelo uso de redes sociais que forneçam links ou códigos para a publicação do conteúdo em outras páginas. O sistema integrado de canais de participação e de práticas que suportam um ambiente onde o conteúdo pode ser largamente espalhado adquire significação a partir de atividades comunicacionais que vão além da distribuição de conteúdo, englobando práticas colaborativas e que impulsionam o espalhamento por canais e plataformas diversas, como no caso de coletivos midiáticos¹ que utilizam espaços online diversos na cobertura de atos e protestos, bem como na rotina de organização de movimentos. Essa diversidade de canais utilizados na cobertura dos protestos ilustra a apropriação baseada na convergência, e forma narrativas fundamentadas em práticas de organização e comunicação que ampliam a visibilidade de informações num fluxo comunicacional no qual a mídia de massa também insere conteúdo –por isso a ideia de enfrentamento entre múltiplas narrativas. O espalhamento dos conteúdos adquire organicidade a partir de interações e compartilhamentos, atribuindo a esse modelo híbrido ressignificações sobre fluxos e dinâmicas de circulação.

Dito isto, fica claro que além da pluralidade de atores que movimentam o espalhamento das informações pelas redes, a pluralidade de formatos compõe os fluxos de conteúdo sobre os protestos e mobilizações. A própria quantidade de ferramentas e a variedade de dispositivos e suportes de geração e visualização de conteúdo contribuem para a configuração de um processo de convergência que extrapola o nível técnico. O próximo item destaca algumas dessas narrativas colaborativas.

1 Entendem-se esses coletivos como grupos que através do uso de sites de redes sociais, plataformas e dispositivos móveis de comunicação digital produzem e promovem o espalhamento de conteúdos sobre protestos decorrentes de mobilizações organizadas dentro e fora das redes digitais, e que atuam de forma independente da mídia de massa, podendo ou não participar da organização de atos e protestos de rua.

4. Narrativas colaborativas

Em estudo sobre as revoluções na Tunísia e no Egito, Lotan et al. (2011) analisam a rede de produção e disseminação de informações que se estabeleceu pelo Twitter durante as mobilizações e identificam fluxos de informação entre ativistas, blogueiros, jornalistas, mídia mainstream e demais participantes engajados. A pesquisa mostra que as informações que circulam pelo Twitter são construídas de forma colaborativa por blogueiros e ativistas em paralelo à produção dos jornalistas. Para os autores, esse resultado mostra que o Twitter permite a ocorrência de uma conversação distribuída entre os participantes das mobilizações e os jornalistas. Essas conversas envolvem três tipos de partes interessadas, segundo os autores: as pessoas diretamente envolvidas e aqueles que com estas possuem algum tipo de relação e querem saber como elas estão; a mídia mainstream e leitores em geral que querem saber o que se passa.

Investigando como as pessoas obtiveram informações sobre os protestos em Tahrir Square a partir do Twitter e do Facebook, Tufekci e Wilson (2012) enxergam a formação de um novo sistema de comunicação política. Esse sistema é formado pela circulação de conteúdos pelas redes sociais e também através da recirculação provocada por meios tradicionais. Os autores destacam o papel da Al-Jazeera que, incapaz de manter um jornalista em cada canto das manifestações, integrava o fluxo de informações das mídias sociais e cultivava o trabalho de jornalistas cidadãos pela região. Com isso, afirmam que uma das mais significativas consequências desse novo sistema de comunicação política é a emergência do jornalista cidadão, que sendo ou não ativista, vêm destacando-se como provedor de informação crítica.

Incontáveis são as possibilidades de apropriação de dispositivos, suportes e ferramentas de comunicação digital por parte de movimentos sociais para a organização e comunicação sobre mobilizações e protestos. Ao longo de observações sobre as narrativas construídas por coletivos midiáticos, desde junho de 2013, identificou-se uma série de usos de ferramentas diferentes de modo que, para expor aqui algumas dessas apropriações, optou-se por um esquema de classificação de acordo com o tipo de ferramenta. Questionários realizados com participantes de coletivos midiáticos também auxiliaram na elaboração da classificação em função das principais ferramentas indicadas pelos representantes desses grupos. Optou-se aqui por expor as principais manifestações, deixando de fora algumas menos representativas e também as ferramentas de trocas de mensagens como e-mails, mensageiros instantâneos e chats, pelo fato de a troca de mensagens nesses casos se darem de forma privada. Assim, chegou-se à seguinte classificação: a) Sites de redes sociais; b) Plataformas de publicação e compartilhamento de conteúdo; c) Ferramentas baseadas em geolocalização.

4.1. Sites de redes sociais

No Brasil, o uso dos sites de redes sociais, principalmente Facebook e Twitter, é apropriação recorrente feita pelos movimentos e pela mídia independente para

produzir e fazer circular conteúdo de forma colaborativa. Uma pesquisa encomendada pela Confederação Nacional dos Transportes, e realizada pela MDA Pesquisa entre os dias 07 e 10 de julho de 2013, aponta que a maior parte das pessoas que participaram dos protestos nas ruas em junho, 60,7% tomou conhecimento dos fatos pelo Facebook. Os sites de notícias aparecem depois, com 38%. Outras redes sociais tiveram menos expressão: WhatsApp com 3,3%, Twitter com 2,5% e Instagram com 1,3%. Informações por e-mail tiveram peso de 2,5%, e por SMS de 2,5%.

A representatividade que o Facebook adquiriu no contexto informacional sobre os protestos aparece no levantamento realizado por Malini (2014). Coletando 300 canais no Facebook que divulgam informações em caráter de mídia independente, Malini visualizou as *fanpages* que cada um desses canais curte, identificando quase toda a integralidade do que ele chama de *Nova Grande Mídia*. Antagonizando com os veículos de massa, essa nova mídia é formada por diversos atores representados por identidades coletivas e individuais e Malini explica que essa mídia independente disputa o passado dos acontecimentos das ruas com narrativas tradicionais da imprensa. O alcance dos conteúdos dessa rede, já de cerca de 15 milhões de usuários, se amplia a partir do compartilhamento feito pelos perfis individuais.

O alcance do Facebook é, porém, mais limitado do que o do Twitter. Em função disso, Toret (2012) considera o Twitter mais útil que o Facebook para as mobilizações em rede. Enquanto o Facebook possui configurações de privacidade e um algoritmo que dificulta o espalhamento e a visibilidade dos conteúdos, o Twitter é mais aberto, permitindo que os conteúdos sejam rapidamente encontrados e visualizados, facilitando a comunicação nas ruas. Para fins informativos, o Twitter é capaz de atingir um maior número de pessoas instantaneamente. No Facebook, conteúdos visíveis para uns podem nunca aparecer para outros.

Entre os dez canais no Facebook mais representativos na rede de Malini (2014)², três deles não possuem contas no Twitter. Em todos esses os perfis que possuem conta no Facebook e no Twitter é no Facebook onde há o maior número de seguidores, o que, assim como a periodicidade de publicação que é diferente em cada uma das redes, atesta a importância dada pelos brasileiros ao Facebook nesse contexto de mobilizações.

No caso de coletivos midiáticos no Brasil, Mídia Ninja e RioNaRua são grupos independentes que alcançaram significativa visibilidade no contexto das redes ao produzir e fazer circular conteúdo sobre os protestos no país. Ambos, desde 2013, quando começaram a receber seguidores a partir dos protestos de junho, permanecem publicando conteúdo nas redes –ainda que as manifestações tenham diminuído em termos de ocorrências e número de participantes. Nos

2 Mídia Ninja Anonymous Brasil, Anonymous Rio, Black Bloc RJ, Advogados Ativistas, Black Bloc Brasil, Passe Livre SP, Jornal A Nova Democracia, Mães de Maio e Vírus Planetário. Entre estes, Passe Livre SP, Mães de Maio e Vírus Planetário não possuem conta no Twitter.

dois coletivos a maior atividade informacional se concentra no Facebook, ainda que outras ferramentas sejam utilizadas no cotidiano de cobertura.

Servindo para a organização de atos através de uma infinidade de eventos criados no Facebook e pela divulgação dos mesmos no Twitter, essas duas redes atuam de forma complementar, na maioria das vezes, como instrumento de comunicação entre os ativistas, tornando visível informações que não circulam na mídia de massa. Trata-se da comunicação autônoma mencionada por Castells (2012), que empodera os indivíduos e, como ressaltam Malini e Antoun (2013), fazem com que o conteúdo produzido pela mídia independente concorra com a informação distribuída pela mídia tradicional.

4.2. Plataformas de publicação e compartilhamento de conteúdo

Os sites de redes sociais não são o único espaço pelo qual circulam narrativas baseadas na colaboração e que contribuem para a midiaticização do ativismo. No Brasil, a representatividade dessas narrativas se destaca pelo trabalho do coletivo midiático Mídia Ninja. A fanpage³ do coletivo no Facebook é, certamente, o canal através do qual atinge mais visibilidade: em julho de 2014 a página ultrapassava 296 mil curtidas, enquanto que o número de seguidores da conta do coletivo no Twitter⁴ estava em mais de 33 mil. Ainda assim, o uso de tecnologias digitais pelo coletivo para divulgação e espalhamento de informações – não só sobre os protestos nas ruas – vai além das redes sociais: *newsletter*, Instagram, Tumblr, plataformas de *streaming*, e-mails e mensageiros instantâneos. O Medium⁵ é uma das últimas ferramentas adotadas pelo Mídia Ninja e tem como característica a publicação de reportagens multimídia. Através de textos, vídeos, áudios e fotos são montadas narrativas sobre um determinado conjunto de acontecimentos. A interação com o conteúdo se dá pela navegação e pelo compartilhamento disponibilizado através de botões para redes sociais.

Em junho de 2014, um ano após os protestos de junho de 2013, o Mídia Ninja lançou uma rede social midialivrista (<http://midianinja.org>), em parceria com a rede global de publicação de conteúdo Oximity. Na descrição da plataforma o coletivo descreve seus objetivos:

... o portal do NINJA é um hub de produção e distribuição de conteúdos capaz de qualificar e dar visibilidade para temas que estão fora da mídia convencional. Além de mobilizar uma nova geração de midiativistas e jornalistas, a plataforma democratiza o acesso a informação dando voz aos cidadãos-multimídia, que mostram sua versão dos fatos. Personagens, narradores e leitores se misturam, descrevendo e transformando a realidade.

3 <https://www.facebook.com/midiaNINJA>

4 <https://twitter.com/MidiaNINJA>

5 <https://medium.com/@MidiaNINJA>

A plataforma se propõe a receber matérias, artigos, ensaios, vídeos e fotos produzidos de forma colaborativa pelos usuários, além das transmissões ao vivo já recorrentes do coletivo. Há, no entanto moderação, ou seja, o indivíduo envia o conteúdo e está sujeito à uma avaliação dos moderadores do site para ter seu conteúdo publicado, ou não. Essa participação é descrita na plataforma pelas possibilidades oferecidas de se produzir e replicar conteúdos, participar das reuniões e oficinas do LabNINJA, traduzir conteúdos para outros idiomas ou fazer uma doação para ajudar a manter o trabalho da rede. Informações sobre como esses conteúdos são avaliados e vão ou não ao ar na plataforma não são explicitados no site. É possível também que os usuários recebam e façam doações para a produção colaborativa de conteúdo, o que sugere a constituição de um novo modelo de negócio baseado na colaboração.

Da mesma forma que o Mídia Ninja, outros coletivos que surgiram em meio às manifestações de junho e que continuam produzindo conteúdo sobre protestos e causas diversas de interesse da população brasileira ampliam seus espaços de comunicação. É o caso do RioNaRua⁶, que além de Twitter e Facebook possui um site e um canal no Youtube; R.U.A Foto Coletivo⁷ e o Anonymous Brasil⁸, que possuem sites em paralelo aos perfis nas redes sociais; entre vários outros.

A grande quantidade de informação que vem sendo espalhada por movimentos e coletivos sobre os protestos motivou a construção do @BRnasRuas⁹, um agregador de conteúdos sobre os protestos no Brasil publicados por contas no Facebook, Twitter, blogs e sites independentes. O mapeamento da informação é feito através de *hashtags* e filtros que buscam os conteúdos. O funcionamento se dá através do recolhimento de contas no Twitter, através de uma lista própria da conta do @BRnasruas, *fanpages* no Facebook e RSS de blogs. Algumas *hashtags* também são escolhidas como forma de garimpar a informação. Além da página inicial, outras seis seções reúnem conteúdo sobre os protestos: #ACidadeÉNossa; #OcupaCopa; ProtestosBR; Vandalismo Policial; Passe Livre e #OcupeAMídia.

Além da própria plataforma, a divulgação dos conteúdos agregados é feita através de um perfil no Facebook e de uma conta no Twitter. Esse tipo de ferramenta confere visibilidade à várias outras iniciativas colaborativas de produção de informação sobre protestos e causas diversas, ampliando o tamanho da nova grande mídia da qual fala Malini (2014).

O Rebaixada¹⁰, cujo conteúdo frequentemente é agregado no @BRnasruas, surgiu antes deste e é parte de uma pesquisa de mestrado da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. O projeto agrega conteúdos de vários grupos e coletivos independentes que distribuem informação sobre protestos, manifesta-

6 <https://www.facebook.com/RioNaRua>

7 <https://www.facebook.com/ruafotocoletivorua>

8 <https://www.facebook.com/AnonymousBr4sil>

9 <http://www.brnasruas.org/>

10 <http://rebaixada.org/>

ções e demais causas, mas que atuam no Rio de Janeiro e que são afetados por megaeventos, como a Copa do Mundo, a Copa das Confederações, Olimpíadas e Jornada Mundial da Juventude.

Imagem 2. @BRnasRUAS.

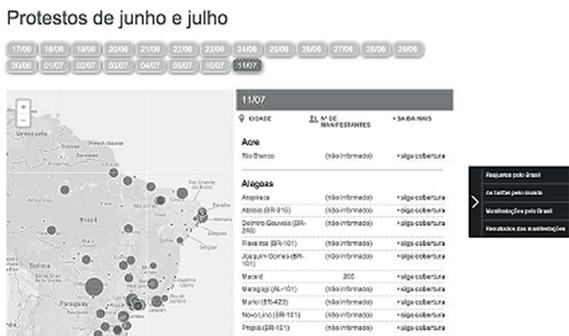


Na descrição do projeto: “Rebaixada é a nova zona de exclusão da região metropolitana do Rio de Janeiro, com populações carentes de políticas públicas organizada em comunidade não-linear”.

4.3. Ferramentas baseadas em geolocalização

Cartografias espaciais e quantitativas são feitas com frequência pela mídia de massa para ilustrar protestos, como se pode visualizar no exemplo abaixo, publicado pelo G1 em 2013:

Imagem 3. Protestos de junho e julho.

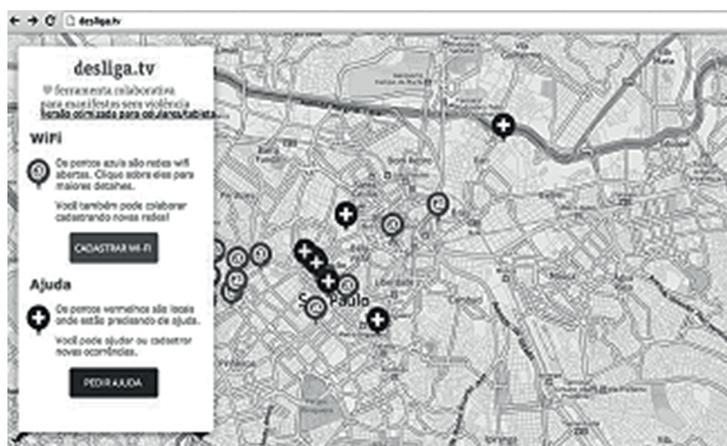


Fonte: <http://goo.gl/Dd6dC>.

A adoção de ferramentas baseadas na construção de mapas colaborativos, mais do que divulgar informações sobre a localização e o número de participantes nos protestos tem contribuído para a geração de novas maneiras de visualização do real. Em oficina sobre a cartografia dos protestos no Brasil¹¹, Bernardo Gutierrez e Tiago Pimentel apresentaram um novo tipo de cartografia, que diferente da produzida pela mídia de massa, é viva e dinamizada em tempo real através das possibilidades do meio digital. Eles explicam que a identificação de novos componentes e de novas relações e territórios é o que constitui uma cartografia mutante dos protestos, criada e recriada de acordo com a movimentação das ruas. As narrativas contribuem para a constituição de uma conversa que se expande através das colaborações inseridas nos mapas.

O desliga.tv é uma mapa colaborativo que estimula o compartilhamento dos pontos de *wi-fi* abertos pelas ruas. Com uma versão web e outra otimizada para celulares e *tablets*, a ferramenta permite que se cadastrem pontos azuis identificando onde há sinal *wi-fi* aberto, o que facilita a comunicação durante os protestos nas ruas, e pontos vermelhos, mostrando onde há pessoas precisando de ajuda.

Imagem 4: Desliga.tv.



Fonte: <http://desliga.tv>

O Mapa Colaborativo #protestosbr foi criado a partir da plataforma Ushahidi, uma companhia sem fins lucrativos especializada em desenvolver softwares abertos e gratuitos para coleta, visualização e mapas interativos. O #protestosbr permite que se marque no mapa a ocorrência de um protesto e também

11 A oficina "Cartografia dos #protestosbr" foi ministrada por Tiago Pimentel e Bernardo Gutierrez durante o Conexões Globais de 2014, em Porto Alegre. <http://issuu.com/bernardogutierrez0/docs/cartografiasdos-protestosbr>

de outras informações através das categorias: abrigo, ajuda, manifestantes, narrativas, polícia amigável, polícia hostil, violência de civis, *wi-fi* e tecnologia e outros. Os registros podem ser feitos através de iPhone e Android, além da plataforma web. Além dessas possibilidades, são disponibilizadas notícias oficiais e de meios independentes e relatos de indivíduos que estejam nas ruas.

Imagem 5. Mapa Colaborativo #protestosbr



Fonte: <http://protestosbr.marcogomes.com/>

Outras aplicações surgem com o intuito de mapear os acontecimentos, como o Assembleias Populares¹² permite a inserção de assembleias, reuniões e encontros de movimentos, além de notícias e relatos, caracterizando-se como um espaço colaborativo de representação dos movimentos. Algumas aplicações mapeiam informações até mesmo sem o uso de um mapa como base. É o caso do Mortos e Feridos nos Protestos, que utiliza uma plataforma na web para registrar as mortes nos protestos, com o objetivo de tornar públicas informações que a mídia de massa omite ou deixa de publicar. O sistema é colaborativo e qualquer pessoa pode registrar uma morte ou agressão, indicando relatos e links que atestem a informação.

¹² <https://assembleiaspopulares.crowdmap.com/>

Imagem 6. Mortos e Feridos nos protestos



LINHA DO TEMPO SOBRE COLABORAR



Fonte: <http://mortoseferidosnosprotestos.tk> Acesso em: 13/03/14

Gutierrez e Pimentel destacam também a possibilidade de geração de mapas de palavras através da coleta e mineração de *hashtags* e mapas conceituais, que trabalham com ideias e causas em conjunto com a localização dos protestos, identificando características e dinâmicas dos movimentos.

Considerações finais

Buscou-se aqui apresentar parte de uma argumentação teórica que faz parte de uma pesquisa sobre narrativas, produção e circulação de conteúdo independente e de forma colaborativa no contexto das mobilizações sociais em rede. A discussão expôs como a midiaticização do ativismo faz parte do cotidiano de narrativas colaborativas, em decorrência de uma série de apropriações (Fausto Neto, 2008; Braga, 2012; Hjarvard, 2012; 2014) que acabam transformando a sociedade em termos técnicos, sociais e culturais. O motor dessas transformações é movido pela convergência de mídias (Aquino Bittencourt, 2012), possibilidades e práticas e pelo espalhamento (Jenkins, Ford & Green, 2013), que fundamentam e movimentam as narrativas aqui exemplificadas.

Os exemplos trabalhados ilustram apenas uma pequena parte das inúmeras apropriações, mas identificam que as atuações em perfis de redes sociais, sites, blogs, plataformas e aplicativos acabam configurando identidades coletivas, que promovem discursos espalhados através do compartilhamento. Essas falas disputam a visibilidade midiática com os conteúdos da mídia de massa, que também distribui informação pela internet. O protagonismo se espalha e

a representatividade nas redes é uma das principais causas do alcance dos conteúdos publicados. O aproveitamento das potencialidades digitais é o que vem interferindo cada vez mais na relação entre jornalismo e democracia, na medida em que pode determinar a evolução das mudanças no cenário comunicacional dos movimentos sociais e mobilizações em rede.

Referências Bibliográficas

- Aquino Bittencourt, M.C. (2012). *Convergência entre Televisão e Web: proposta de categorização analítica*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Braga, J.L. (2012). Uma teoria tentativa. *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*. E-Compós, Brasília, v. 15, n.3.
- Cammaerts, B. (2013). Lógicas de protesto e a estrutura de oportunidade de mediação. *Matrizes*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo. Ano 7, n.2 jul/dez. P. 13-36. 2013.
- Castells, M. (2012). *Networks of outrage and hope: social movements in the internet age*. Polity Press.
- Ferreira, J.A (2012). Comunicação como questão no âmbito das hipóteses sobre a midiaticização. *Ghrebh-*, v. 1, p. 248-267.
- Gohn, M.G. (2010). *Movimentos sociais e redes de mobilização civis no Brasil contemporâneo*. Ed. Vozes: Petrópolis.
- Gutierrez, B. (2014). Três anos de revoltas conectadas. *Outras Palavras*. Disponível em: <http://goo.gl/EAHVKN>.
- Gutierrez, B. & Soto, P. (2014, 25 de enero) De Tahrir a Gamonal: la calle global y el hacer la política. In: *El Diálogo*. Disponível em: <http://goo.gl/dL7Slu>.
- Hjarvard, S.. (2012). Midiaticização: conceituando a mudança social e cultural. *Revista Matrizes*. Ano 5, n.2, jan/jun. São Paulo.
- Hjarvard, S. (2014). Midiaticização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. *Revista Matrizes*. v. 8, n. 1, jan/jun. São Paulo.
- Jenkins, H.; Ford, S. & Green, J. (2013) *Spreadable media: creating value and meaning in a networked culture*. New York University.
- Lotan, G.; Graeff, E.; Ananny, M.; Gaffney, D.; Pearce, I. & Boyd, D. (2011). The Revolution Were Tweeted: Information Flows during the 2011 Tunisian and Egyptian Revolutions. *International Journal of Communications* 5. Recuperado de <http://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/1246/643>
- Malini, F. (2014, 8 de março). A nova Grande Mídia: a ecologia midiavivista brasileira no Facebook. Blog do Laboratório de Estudos sobre Imagem e Ciber-cultura da Universidade Federal do Espírito Santo. Disponível em: <http://goo.gl/MjiubE>.
- Malini, F. & Antoun, H. (2013). *@internet e #rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais*. Editora Sulina: Porto Alegre.

- Fausto Neto, A. (2008) Fragmentos de uma analítica da midiatização. *Revista Matrizes*. N. 2, 2008. Disponível: <http://goo.gl/H1kqlh>.
- Moraes, D. (ORG.) (2006). *Sociedade Midiatizada*. Rio de Janeiro: Mauad.
- Toret, J. (2012). Una mirada tecnopolítica sobre los primeros días del #15M. *Comunicación y Sociedad Civil*. Disponível: <http://tecnopolitica.net/node/14>.
- Tufte, T. (2013). O renascimento da Comunicação para a transformação social – Redefinindo a disciplina e a prática depois da ‘Primavera Árabe’. *Intercom – RBCC*. São Paulo, v.36, n.2, p. 61-90, jul./dez.
- Tufekci, Z. & Wilson, C. (2012). Social Media and the Decision to Participate in Political Protest: Observations From Tahir Square. *Journal of Communication*. 62 (2012) 363-379. <http://goo.gl/MGcqS1>.
- Verón, Eliseo. (2014). Teoria da midiatização: uma perspectiva semioantropológica e algumas de suas consequências. *Revista Matrizes*. V. 8, n. 1, jan/jun. São Paulo.
- Vivo, J.M.N. (2010) Redes Sociales como paradigma periodístico. Medios españoles em Facebook. *Revista Latina de Comunicación Social*. 65, La Laguna (Tenerife): Universidade de La Laguna, p. 176-186. Disponível: <http://goo.gl/ZHbB7A>.